

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

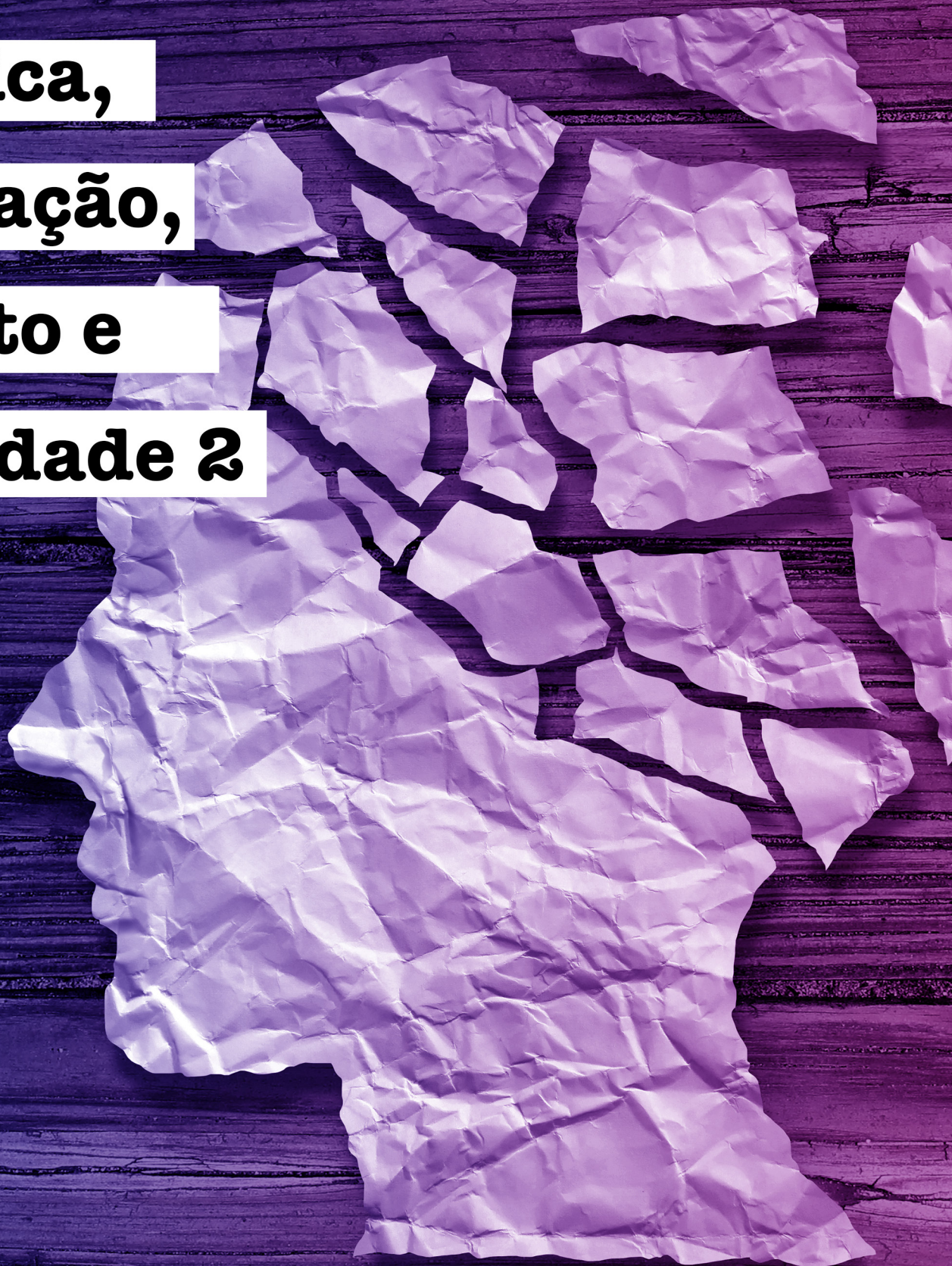
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM *NARRADORES DE JAVÉ*

Léa Evangelista Persicano

Mestrado em Estudos da Linguagem, UFG/
Regional Catalão
Catalão – GO

RESUMO: O propósito deste texto é proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no presente e no futuro. Os narradores de Javé, por meio de suas memórias, fazem o exercício de relatar histórias sobre as origens do povoado a um escrevente-historiador, a pedido de um mentor, como estratégia de resistência e salvação da comunidade e do vilarejo. Nele, também pensamos acerca da linguagem e da língua como intimamente relacionadas à cultura e como instâncias dinâmicas, constituídas e perpassadas por questões históricas, sociais, econômicas, relacionais. Servimo-nos de uma metodologia bibliográfico-interpretativa, tendo como materialidade de estudo o filme brasileiro *Narradores de Javé* (2003) e seu roteiro final (2008) como suporte para análise.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas. Oralidade. Culturas. Língua. Discursos.

ABSTRACT: This study focus on analyzing the narratives that came from the popular oral tradition and are understood a cultural practice

that provides new meanings of the past, something that can affect either present or the future. Jave's storytellers use their memories in order to tell stories about the village's background to a historian writer, something that was actually a requested by his friend and was a part of plan that tried to save the village and its people. Therefore, it's possible to understand how the language and the discourse are closely linked to culture, and also how the dynamic perspectives can exists with historical, social, economic and relational issues. This studied was based on a bibliographical interpretive method to analyze the Brazilian movie *Narradores de Javé* (2003) and its screenplay (shooting script) (2008).

KEYWORDS: Narratives. Orality. Cultures. Language. Discourse.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse texto é fruto da disciplina *Estudos de Língua e cultura*, cursada em 2015, no Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Foi debatido no III Congresso de Pesquisa, Ensino, Extensão e Cultura (CONPEEX) dessa mesma instituição, em 2017, e divulgado nos Anais do evento. Está vinculado à pesquisa de Mestrado – financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no

Estado de Goiás (FAPEG) –, que ocasionou a dissertação intitulada *Era uma vez em Javé... o acontecimento discursivo na (re)construção das memórias orais pela escrita* (PERSICANO, 2017).

Nele, estabelecemos um rápido diálogo entre a narrativa cinematográfica *Narradores de Javé* (2003) e noções/conceitos de léxico, língua, linguagem, cultura, oralidade, escrita, tendo por base os seguintes autores: Albuquerque Júnior (2011), Capucho (2009), Câmara Jr. (2004), Coelho (1985), Ferreira (2008), Ilari e Cunha Lima (2011), Paula (2007), Saussure (1995), Sousa (2011). Utilizamos de uma metodologia interpretativa e bibliográfica.

A trama do longa-metragem brasileiro estudado (formato DVD, 01h42min, colorido) desenvolve-se em torno da tentativa de uma comunidade não letrada em construir um livro-dossiê (escrito e científico), com as histórias orais de grande valor acerca da fundação do Vale de Javé, devido a uma iminente tragédia: a construção da barragem de uma usina hidrelétrica. É uma comunidade nordestina, ribeirinha, que vive das riquezas naturais do Rio São Francisco e está prestes a ser banida desse território, sendo acometida por inseguranças, incertezas e vários dramas (econômicos, sociais, relacionais). Luta, então, para que o vilarejo sofra tombamento e vire patrimônio histórico-cultural.

2 | A RESSIGNIFICAÇÃO DO PASSADO PELAS NARRATIVAS ORAIS

A comunidade javelina e suas terras estavam ameaçadas pela construção da tal barragem, sem garantia de indenizações, pois na maioria as terras não possuíam escrituras. Foram adquiridas por meio de divisas cantadas, conforme expõe o narrador e personagem Zaqueu aos moradores do vilarejo: “um jeito de marcar as terras que o povoado herdou dos antigos, com os fundadores. Não carecia de documento nenhum. Era tudo cantado” (CAFFÉ; ABREU, 2008, p. 26-27). Pelas necessidades culturais, econômicas, sociais, históricas do povo(ado) de Javé até àquele momento em que se viram ameaçados, esse tipo de demarcação oral das propriedades era suficiente.

Em *Narradores de Javé*, dependendo do ângulo que se olha, percebe-se, por exemplo, que o povo é tido como uma abstração, uma construção imaginária e também autoritária. É bem provável que os técnicos que viriam construir a barragem idealizavam uma “imagem de povo amorfo ou massa de manobra, ou seja, em algo a ser dirigido, visto e dito sempre por intermédio dos outros” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 350), pois os javelinos foram simplesmente comunicados, por intermédio de Zaqueu, dessa construção. Entretanto, por pouco tempo, os moradores do vilarejo tiveram a ilusão de que poderiam evitar a tragédia que estava ali, à espreita, e lutaram com muito empenho tentando produzir o livro-dossiê.

A produção desse objeto da salvação se dá a partir das enunciações verbais e correspondentes *performances* de determinadas personagens-narradoras (Vicentino,

Deodora, Firmino, Daniel, Gêmeo e o Outro, Pai Cariá e o intérprete Samuel), que se reúnem com esse intuito em vários espaços e vão relatando suas versões de história ao designado escrevente-historiador Antônio Biá, o pretense autor na escrita do livro-dossiê (i)memorial com a(s) história(s) do Vale. Tomamos conhecimento, por meio dessas personagens (que se constituem narradoras nos e pelos discursos), de várias versões da e para a idealizada história de Javé. A maioria das versões tem como princípio agregador (nó de coerência) os nomes dos heróis/guerreiros Indalécio (e Mariadina), que ganham sentidos diferentes e diferenciados de acordo com cada narrativa.

Nas formas de narrar, “os usos que fazemos hoje de uma palavra têm a capacidade de evocar os usos que fizemos ontem e em situações mais antigas” (ILARI; CUNHA LIMA, 2011, p. 23), propiciando comparações e generalizações. Cada narrativa – seja a de Zaqueu, a de Antônio Biá ou a dos demais narradores – foi iniciada a partir de um objeto ou termo específico: livro/escritura (Zaqueu), parte antiga e nova de Javé (Antônio Biá), garrucha de Indalécio (Vicentino), marca de nascença no corpo (Deodora) e assim por diante. Vemos, pois, que as estratégias e os recursos linguísticos são diferentes e os guerreiros/heróis representados em alguns casos se parecem, se modificam, mas em outros são totalmente opostos. Sendo assim, os sentidos atribuídos às palavras não são os mesmos, lembrando que elas possuem um sentido literal e que “esse sentido literal pode variar de pessoa para pessoa, de tempo para tempo, de contexto para contexto, e está sempre sujeito a ajustes” (ILARI; CUNHA LIMA, 2011, p. 27).

A respeito do ato linguístico de narrar, Paula (2007, p. 96) esclarece-nos que “os sujeitos-narradores também realizam cultura porque narrar sobre suas práticas exige ordenação de fatos e da relevância do que fazem cotidianamente”. Por meio deste ato, praticam cultura elegendo aquilo que é mais simbólico e mnemônico para eles. No caso do trabalho de Antônio Biá e dos relatos que ele colhe, o foco é/são a(s) história(s) de origem do povoado, tendo como fio condutor os guerreiros/heróis lá do começo, que se resumem a Indalécio (e Mariadina). Tanto é que Antônio Biá normalmente pronuncia as palavras, os nomes próprios, Indalécio e Mariadina, para ver que relações mnemônicas serão possíveis nos relatos-depoimentos.

E as práticas culturais que os sujeitos-narradores de Javé tentam deixar como patrimônio não são apenas aquelas dos antepassados, mas práticas (re) significadas por elementos do presente desses próprios narradores, que têm tentado também serem heróis/heroína. Os narradores de Javé tentam estabelecer um elo entre o passado, o presente e o futuro; talvez sem o perceberem, entre várias culturas. No filme, de modo um tanto complicado e dramático, as culturas “se entrecruzam em diálogos mais ou menos conflituosos e as sociedades e os indivíduos se tornam progressivamente permeáveis a influências externas que em muito transformam a dinâmica cultural local e nacional” (CAPUCHO, 2009, p. 1), a ponto de extinguir a comunidade ali existente e redefinir o cenário anterior.

Torna-se necessário destacar que as culturas, as línguas e as linguagens são dinâmicas. “Tal como a língua, a cultura que a enforma e que é por ela (re) criada, é um fenómeno em permanente transformação, aberto a interacções com o exterior” (CAPUCHO, 2009, p. 5). Pensando na língua como património sócio-cultural, ela vive na mente/memória dos falantes de dada comunidade/sociedade e não é ‘completa’ se considerarmos apenas um deles. É concomitantemente “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1995, p. 17).

A língua, na maior parte das vezes, acontece por meio das palavras (signos) e “As palavras reflectem a sociedade que as criou, por isso elas constituem o ponto de encontro entre a língua e a cultura” (FERREIRA, 2008, p. 294). A língua está na cultura e a cultura na língua, o que se reforça por algumas afirmações de Câmara Júnior (2004, p. 58) a respeito do tema: “1) A língua é parte da cultura; 2) É, porém, parte autônoma [...]; 3) Explica-se até certo ponto pela cultura e até certo ponto explica a cultura”. De modo semelhante, a linguagem consiste em “um fato cultural” (CÂMARA JÚNIOR, 2004, p. 53), “implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado” (SAUSSURE, 1995, p. 16). Não podemos nos esquecer também de que, assim com a linguagem, a língua não é transparente, “mas efeito da história” e o seu real é o “lugar do impossível” (SOUSA, 2011, p. 103).

Relacionando língua e património, Ferreira (2008, p. 293) considera que “O que, na palavra criada, pertence sem qualquer dúvida ao património é o conjunto de processos utilizados na sua criação”. Para exemplificar, a personagem Antônio Biá parece um dicionário ambulante; inclusive, utiliza-se de seu vultoso léxico (vocabulário), para rir e esnobar dos outros. Faz inúmeras combinações linguísticas, brinca de montar e desmontar palavras; para ele, elas são “como brinquedos de montar e podem ser muito engraçadas” (ILARI; CUNHA LIMA, 2011, p. 17). Durante o filme, em várias falas suas, vimos sua criatividade acontecer. Entretanto, sabemos que o falante de uma língua (no caso a personagem em destaque), não cria termos novos nem o faz sob processos inéditos; ele se utiliza de processos disponíveis na língua, tais como derivações, composições, onomatopeias, metáforas, siglas etc. Mas é justamente a utilização da língua pelos falantes que a faz se movimentar, ainda que o grupo social faça uma força contrária, coercitiva, para que um comportamento padrão/normativo seja seguido. Quando o falante nasce, ele fica/está imerso na sociedade e na língua que essa sociedade se utiliza e no modo como esses usos se dão. Sofre uma espécie de coerção, conforme expõe Coelho (1985).

No caso da personagem Zaqueu, é o narrador da história que vemos assistindo ao filme e por isso nos conduz ao longo da trama. Quando acontece uma reunião na igreja, a fim de comunicar aos janelinos acerca da construção da barragem e da necessidade da produção do documento escrito, para o vilarejo sofrer tombamento

e virar patrimônio histórico-cultural, é por meio dele que também ficamos a par dos fatos. E o modo como Zaqueu tenta definir ‘o que é científico’ traz elementos de uma concepção amplamente aceita de ciência de que o conhecimento científico é objetivo, infalível, imparcial e tido como sinônimo de verdadeiro. Zaqueu reflete o saber que tem sobre o objeto em questão, saber esse construído social e historicamente. A sua definição, como as nossas, depende da forma como conhece esse objeto e dos elementos culturais que tem a seu alcance.

Zaqueu não consegue definir esse tipo de conhecimento de forma direta, mas tenta fazê-lo por relação-contraposição e acaba descaracterizando as histórias que a comunidade conta, atribuindo-lhes o lugar de lendas e causos. Além disso, a forma como o pensamento de Zaqueu se estrutura, materializada no jeito como se expressa/comunica, deixa-nos entrever que “as palavras, na nossa cabeça, não formam uma lista interminável e desestruturada, mas se ligam uma às outras por uma série de relações abstratas” (ILARI; CUNHA LIMA, 2011, p. 19). Além do mais, “O uso contextualizado de palavras novas é sempre objeto de uma série de operações de controle e ajuste” (ILARI; CUNHA LIMA, 2011, p. 16), sendo que tais operações não se limitam à troca de olhares ou consistem em verbalizações, conforme observamos durante a primeira reunião na igreja.

Pensando ainda em termos de vocabulário, o léxico ativo de Zaqueu encontra-se contido em seu léxico passivo, assim como o nosso, usuários da língua. O termo ‘científico’, que estava no passivo, a partir de então vem integrar o ativo, mediante alguns conflitos e esforços expressivos. Esse exemplo confirma a assertiva de Ilari e Cunha Lima (2011, p. 15) de que “aprendemos a cada dia que passa palavras que são novas para nós, mas que estão na língua há séculos”. Ao longo de nossas vidas, as relações que estabelecemos, por meio principalmente da língua(gem), com as culturas e suas necessidades funcionais e tecnológicas, ampliam tanto nosso inventário quanto nossa competência lexicais. O emprego da palavra ‘científico’ causa rebulição e estranhamento junto a Zaqueu e à maior parte da comunidade javelina, para quem não era um termo usual até então.

Para Ilari e Cunha Lima (2011, p. 14), “em qualquer sociedade, as necessidades do indivíduo em matéria de léxico dependem crucialmente dos papéis que ele desempenha”, o que nos remete à desenvoltura verbal de Antônio Biá, à autoridade (não só languageira) de Zaqueu e sua fala sobre a produção do livro: “se até hoje ninguém escreveu, porque também nunca precisou. A grande história de Javé, então, agora, nós mesmo é que vamos escrever” (CAFFÉ; ABREU, 2008, p. 29), assim como a (não) escrituração em cartório das propriedades de terras do povoado.

Como muitas vezes acontece com Antônio Biá, Zaqueu também quer dar-se um lugar de prestígio. Sendo assim, ora faz parte do povo, ora é porta-voz do e para o povo, pois acredita intermediar a ‘negociação’ da construção da barragem. Essas personagens, Zaqueu e Antônio Biá, representam bem o *continuum* das culturas, estando em um ou outro lugar, ou em ambos, dependendo da situação considerada: o

primeiro destaca-se pela oralidade, servindo tanto aos interesses dos javelinos quanto dos engenheiros e técnicos da barragem; o segundo, pela oralidade e pela escrita, sendo considerado detentor de um saber-fazer que possibilitaria uma igualdade de valores entre aqueles que vêm explorar a região e o que estão sendo explorados.

Segundo Paula (2007, p. 75), “As práticas culturais são representações discursivas das quais constantemente emergem outras práticas” e as pessoas creem (ou não) participar de uma ou outra cultura. Porém, enquanto indivíduos, somos constantemente capturados pelo *continuum* das culturas e das práticas culturais. Ressaltamos que a distância que há entre elas liga-se justamente à necessidade de rotulá-las, “que as põe como distintas e opostas, desejando negar a dinamicidade que as sustém; pois se não fossem dinâmicas não se fariam entremeadas, entrelaçadas” (PAULA, 2007, p. 77). Precisamos, inclusive, (re)pensar que as diferenças culturais vêm se dando em termos de relações de saber-poder, normalmente de aniquilamento e não de convivência criativa e criadora.

“A pluralidade da cultura poderá ser reconstruída através da memória, muitas vezes guardada apenas na lembrança das pessoas” (PAULA, 2007, p. 80). Com a extinção do povoado de Javé, resta a memória dos ex-moradores de lá como reservatório desse patrimônio cultural; a narrativa oral de Zaqueu, que se desenvolve no ancoradouro, na abertura do filme, é um modo de estabelecermos contato com esse patrimônio, assim como as narrativas orais de Vicentino, Deodora, Firmino, os Gêmeos Armando Peneré e o Outro, Daniel e Pai Cariá. O livro-dossiê – sugerido durante a trama, mas produzido apenas ao final da mesma – é outro exemplo de registro da memória, o escrito, mais especificamente manuscrito (escrito pelas mãos de Antônio Biá). O próprio filme, assim como o vídeo produzido pelos estrangeiros em Javé, são também outros tipos de registro da memória do povo e do povoado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a língua(gem) que estabelece a ponte entre as práticas culturais de agora e a do tempo dos antigos, também uma projeção para o futuro, por meio das memórias orais, conforme constatado pela trama cinematográfica de “Narradores de Javé”. O passado nos é apresentado e (re)significado por meio da língua(gem), das práticas culturais e das narrativas. O modo como percebemos, interpretamos e descrevemos a realidade e o mundo – a exemplo do que acontece com os narradores de Javé – é construído por representações simbólicas, que se dão em grande parte na e pela língua(gem), que possui condicionantes culturais, sociais, históricos.

4 | AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO

“A autora é a responsável pelo conteúdo deste trabalho”.

Agradeço à FAPEG, pela viabilidade financeira à minha pesquisa de Mestrado. E às professoras Dra. Maria Helena de Paula e Dra. Vanessa Duarte Xavier, pelos ensinamentos sempre valiosos, durante a disciplina que ocasionou este trabalho e na convivência acadêmica como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luís Alberto de; CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**: Roteiro, 17ª versão. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. (Coleção Aplauso).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Língua e Cultura. In: UCHÔA, Carlos Eduardo F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** 9. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1955]. p. 51-59.

CAPUCHO, Maria Filomena. Sobre línguas e culturas. **Revista Veredas**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo094.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. **Fênix**, Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia-MG, ano V, v. 5, n. 2, abr./ maio./jun. 2008. 11 p. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 15 out. 2014.

COELHO, Braz José. **A comunicação verbal e suas implicações didático-pedagógicas**. 2. ed. Goiânia-GO: Ed. Cultura Goiana, 1985.

FERREIRA, Manuela Barros. Língua e patrimônio: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português**: Brasil-Portugal. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2008, p. 289-311.

ILARI, Rodolfo; CUNHA LIMA, Maria Luiza. Algumas ideias avulsas sobre a aquisição do léxico. In: CARVALHO, Orlene; BAGNO, Marcos (Org.). **Dicionários escolares**: políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola Editorias, 2011. p. 13-35.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção de Eliane Caffé. Brasil: Bananeira Filmes, 2003. 1 DVD (102 min.), son., color.

PAULA, Maria Helena de. Cultura – Recortes Transdisciplinares. In: _____. **Rastros de velhos falares**: léxico e cultura no léxico catalano. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) _ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara-SP, 2007. p. 74-97.

PERSICANO, Léa Evangelista. **ERA UMA VEZ EM JAVÉ... O acontecimento discursivo na (re) construção das memórias orais pela escrita**. 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão-GO, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOUSA, Kátia Menezes de. Análise do Discurso: para além das vertentes sociológica e formalista da Linguística. In: BARONAS, Roberto Leiser; MIOTELLO, Valdemir (Orgs.). **Análise de discurso**: teorizações e métodos. São Carlos-SP: Pedro e João, 2011. p. 103-114.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957